

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADES: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

MEMORY, CULTURAL HERITAGE AND CITIES: CONTEMPORARY CHALLENGES

Ernestina Rita Meira Engel¹

Lisiane Ilha Librelotto²

Resumo

O patrimônio cultural representa um componente essencial na construção da memória coletiva e na configuração simbólica do espaço urbano, manifestando-se em suas dimensões material e imaterial, e conectando relações sociais ao espaço onde ocorrem. Na contemporaneidade, o patrimônio enfrenta múltiplos desafios, decorrentes de fenômenos como especulação imobiliária, turistificação, expulsão de moradores e a crescente vulnerabilidade diante da crise climática, em diferentes escalas. Essas problemáticas impõem novas exigências aos processos de preservação e valorização. Este artigo tem como objetivo analisar as interfaces entre patrimônio cultural, memória e espaço urbano, evidenciando os principais desafios atuais e apontando possíveis caminhos para uma integração mais efetiva entre essas dimensões. Ressalta-se o papel do patrimônio como elemento estruturante da memória coletiva e do senso de pertencimento comunitário, considerando também como a percepção e experiência sensorial dos usuários, discutidas na neuroarquitetura e no neurourbanismo, podem influenciar vínculos afetivos e a resignificação do espaço. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter teórico e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e discussão de exemplos ilustrativos. Os resultados indicam que o patrimônio pode constituir-se em instrumento de fortalecimento da memória e da identidade coletiva. Contudo, enfatiza-se a necessidade de estratégias participativas e preventivas de preservação, capazes de enfrentar pressões contemporâneas. Conclui-se que o enfrentamento desses desafios e o engajamento das comunidades são fundamentais para a sustentabilidade cultural e para a resignificação do espaço urbano no contexto atual.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Memória urbana; Espaço urbano; Desafios contemporâneos.

Abstract

Cultural heritage represents an essential component in the construction of collective memory and the symbolic configuration of urban space, manifesting in both its material and immaterial dimensions and connecting social relations to the spaces in which they occur. In contemporary contexts, heritage faces multiple challenges, arising from phenomena such as real estate speculation, touristification, displacement of residents, and the increasing vulnerability of cultural assets to the direct and indirect impacts of climate change at various scales. These issues impose new demands on the processes of preservation and heritage valorization. This article aims to analyze the interfaces between cultural heritage, memory, and urban space, highlighting the main current challenges and pointing to possible pathways for a more effective integration of these dimensions. The role of heritage as a structuring element of collective memory and community belonging is also emphasized, considering how user perception and sensory experience, as explored in neuroarchitecture and neurourbanism, can influence affective bonds and the re-signification of space. The research adopts a qualitative, theoretical-analytical approach, based on a literature review and discussion of illustrative examples. The results indicate that

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Arquiteta e Urbanista. E-mail: ernestinaengel@gmail.com

² Professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Engenheira Civil. E-mail: lisiane.librelotto@gmail.com

heritage can serve as an instrument for strengthening memory and collective identity. However, the adoption of participatory and preventive preservation strategies is emphasized as essential to face contemporary pressures. It is concluded that addressing these challenges and engaging communities are fundamental for cultural sustainability and the re-signification of urban space in the current context. **Keywords:** Cultural heritage; Urban memory; Urban space; Contemporary challenges.

1. Introdução

O patrimônio cultural é um dos elementos centrais para a preservação da memória coletiva da sociedade. Além dos testemunhos materiais, estão incluídas e representadas as práticas, valores e modos de vida transmitidos entre gerações. A memória, nesse sentido, se manifesta em narrativas, símbolos, espaços e rituais que asseguram continuidade e reforçam o sentimento de pertencimento. A relação entre memória cultural e pertencimento tem sido amplamente discutida em diferentes contextos (Shershova; Chaika, 2024; Messias *et al.*, 2020).

No espaço urbano, o patrimônio cultural adquire especial relevância por representar as camadas históricas da cidade e, ao mesmo tempo, manter vivas as práticas sociais que nela se desenvolvem. Conforme Araripe (2004), a cidade é o espaço por excelência da formação do patrimônio, do povo e da cultura, sendo compreendida como um discurso e uma linguagem que falam aos seus habitantes, a partir de uma estrutura de significações legíveis e identificáveis. Nessa perspectiva, a cidade transcende a condição geográfica para assumir-se como símbolo da existência humana e lugar de memória (Araripe, 2004). No Brasil, a pluralidade cultural e ambiental amplia ainda mais esse campo, exigindo políticas de preservação que não apenas conservem edificações, mas também assegurem a vitalidade das memórias e dos vínculos comunitários.

Atualmente, contudo, essas interfaces entre memória, identidade e espaço urbano enfrentam desafios. Processos de gentrificação, globalização e turismo em massa tendem a homogeneizar territórios e a enfraquecer a vida comunitária. As mudanças climáticas, por sua vez, intensificam os riscos físicos e simbólicos, comprometendo não apenas a integridade de bens materiais, mas também a transmissão de saberes e tradições (ICOMOS, 2011). Assim, a preservação do patrimônio cultural requer abordagens integradas que contemplem os vínculos sociais, ambientais e identitários que garantem sua continuidade, considerando também como o design urbano e arquitetônico pode influenciar a percepção, a orientação espacial e o bem-estar dos usuários.

Nesse contexto, as abordagens da Neuroarquitetura e do Neurourbanismo oferecem novas perspectivas para compreender como o ambiente construído influencia as emoções, a cognição e o senso de pertencimento. Sob essa perspectiva, a forma, a organização espacial e os elementos sensoriais dos centros históricos podem afetar a experiência emocional e cognitiva dos habitantes, reforçando ou enfraquecendo o vínculo com o patrimônio e a memória coletiva.

Diante desse panorama, o objetivo do artigo consiste em analisar as relações entre o patrimônio cultural, a memória coletiva e a dinâmica em constante evolução dos nossos espaços urbanos. A análise procura evidenciar como a valorização da memória pode orientar estratégias de preservação efetivas, que articulem identidade, sustentabilidade e adaptação às transformações sociais e ambientais.

2. Patrimônio Cultural, Cidade e Memória

O patrimônio cultural abrange monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios arqueológicos, sendo essencial para a preservação da memória, identidade e criatividade dos povos, além de contribuir para a riqueza das culturas. Ele engloba tanto os bens materiais, como edificações históricas, sítios arqueológicos, obras de arte e artefatos; quanto os imateriais, incluindo tradições, rituais, saberes e formas de expressão. Trata-se do conjunto de manifestações que refletem a história, a cultura e a identidade de uma sociedade. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) já reconheceu mais de 1.199 Sítios do Patrimônio Mundial em todo o mundo, enquanto o Brasil possui 24 bens inscritos, abrangendo diferentes categorias, inclusive patrimônios naturais. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), o país se destaca, como poucos no mundo, pela enorme diversidade de paisagens, costumes e lugares.

No caso do termo paisagem cultural, o conceito se refere a porções do território em que a interação entre seres humanos e o meio natural deixou marcas ou adquiriu significados específicos (Scifoni, 2016). Esse conceito foi incorporado pela UNESCO em 1992 como ferramenta de preservação e, no Brasil, sua regulamentação ocorreu em 2009. Em 2012, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira área urbana brasileira a ser reconhecida como paisagem cultural. Para compreender uma paisagem cultural, é necessário analisar a interação entre a natureza e os seres humanos, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais. A identidade de uma paisagem cultural surge da relação complementar desses

elementos, que sozinhos não seriam capazes de transmitir a singularidade do território.

2.1 Memória urbana e preservação do patrimônio cultural

A memória coletiva tem sido estudada sob diferentes perspectivas teóricas (Wertsch; Roediger, 2008). A memória coletiva representa o conjunto de lembranças, experiências e tradições compartilhadas por uma comunidade ou grupo social, constituindo um elemento central para a formação da identidade cultural e social. Essa memória pode se manifestar de diferentes maneiras, por meio de narrativas, símbolos e significados compartilhados. Além disso, a memória coletiva é dinâmica e viva, estando em constante construção e ressignificação, adaptando-se às transformações sociais e culturais ao longo do tempo.

Já a memória urbana pode ser compreendida como o conjunto de elementos que compõem o imaginário social, as práticas cotidianas e as diversas atividades desenvolvidas no espaço da cidade. Nesse sentido, Abreu (2018) ressalta a relevância de preservar a memória das cidades como parte integrante do imaginário coletivo. Esse conceito está intimamente associado à preservação do patrimônio cultural. Conforme o IPHAN (2014), a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens, materiais e imateriais, individuais ou coletivos, que expressam identidade, ação e memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

No campo das normativas voltadas ao patrimônio, Meneguello (2005) destaca a Recomendação de Nairóbi, de 1976, como o primeiro documento internacional a reconhecer a importância da preservação de conjuntos históricos. No contexto brasileiro, a autora ressalta a Carta de Petrópolis, de 1987, que amplia a compreensão do patrimônio ao considerar toda a cidade como formada por elementos históricos, defendendo a preservação dos usos cotidianos desses espaços e a valorização da diversidade socioespacial. O documento também enfatiza que a função residencial deve permanecer central nos centros históricos, garantindo a permanência das comunidades locais e a continuidade das práticas tradicionais nesses territórios (Meneguello, 2005).

Nesse cenário, Salcedo (2007) destaca a importância de considerar como patrimônio não apenas os monumentos ou acontecimentos de grande visibilidade histórica, mas também os elementos vinculados ao cotidiano da comunidade. Para a

autora, o conceito de “histórico” deve abranger tudo o que possui relevância social e cultural, o que implica compreender os centros históricos como conjuntos arquitetônicos integrais, que incluem residências e edificações ligadas à vida diária.

Segundo Vaz e Vasconcellos (2012), é necessário reconhecer os centros históricos como um território cultural caracterizado pela multiplicidade de formas e estilos que compõem seu ambiente construído. Dessa forma, a preservação não deve restringir-se a edifícios isolados, mas contemplar o espaço urbano em sua integralidade, incluindo as práticas sociais e a vivência cotidiana, de modo a garantir a permanência da memória coletiva.

2.2 Patrimônio, memória e relações com a Neuroarquitetura e o Neurourbanismo

O patrimônio cultural desempenha papel central na preservação da memória coletiva e na construção do senso de pertencimento das comunidades (Shershova; Chaika, 2024; Messias *et al.*, 2020). Além do patrimônio material, de monumentos, edificações e paisagens, existem os significados simbólicos que conectam indivíduos e grupos sociais às suas histórias e identidades. A memória, quando associada a esses bens, é fundamental para a ligação entre passado, presente e o futuro, permitindo que gerações sucessivas se reconheçam em determinados espaços e práticas.

O processo de preservação cultural pressupõe, inicialmente, a conscientização e a identificação de elementos ligados à memória e ao passado, aos quais é atribuído valor suficiente para justificar esforços individuais e coletivos de manutenção ao longo do tempo (Adams, 2002, p. 16). Para que a preservação seja efetiva, é essencial o envolvimento da população e o reconhecimento desses espaços como parte de sua própria identidade. Quando a comunidade percebe o patrimônio como integrante de sua história e cultura, torna-se uma guardiã ativa, contribuindo para a manutenção e valorização desses lugares. Por outro lado, a ausência de reconhecimento do valor cultural e simbólico desses espaços pode levar ao abandono, à descaracterização ou à substituição por lógicas puramente mercadológicas.

O senso de pertencimento é influenciado por múltiplos fatores, incluindo a presença e qualidade dos espaços públicos, a diversidade cultural e a participação da comunidade em atividades e eventos locais. A inclusão de diferentes vozes, como grupos minoritários, nas narrativas de patrimônio é fundamental para garantir que todos se sintam representados e valorizados, fortalecendo o vínculo da população

com o patrimônio cultural e incentivando práticas de preservação mais conscientes e colaborativas.

Recentemente, a neuroarquitetura e o neurourbanismo vêm ampliando a compreensão de como ambientes construídos e urbanos influenciam emoções, cognição e vínculos sociais, destacando o papel do espaço na formação de memórias e no senso de pertencimento. Estudos indicam que o ambiente construído impacta respostas neurológicas, memória espacial e bem-estar, sugerindo que decisões de projeto centradas no usuário, que consideram necessidades e preferências dos ocupantes, são fundamentais para fortalecer a memória coletiva e criar vínculos positivos em espaços urbanos e patrimoniais (Pompermaier *et al.*, 2024; Gharaei; Hayeri Zadeh; Ghomeishi, 2024).

Os estudos em neuroarquitetura mostram que a percepção de espaços envolve dimensões cognitivas e emocionais, como coerência, fascinação e sensação de acolhimento (Chatterjee; Coburn; Weinberger, 2021). Essas dimensões podem influenciar a percepção e a memória afetiva, conectando-se com a valorização do patrimônio cultural. Aplicadas aos espaços históricos, essas abordagens contribuem para compreender como o patrimônio cultural atua, além de vestígio material, como estímulo sensorial e simbólico capaz de fortalecer vínculos afetivos e memórias coletivas.

De acordo com Moreira (2025), a neuroarquitetura, ao integrar fundamentos da percepção e da cognição espacial, busca criar ambientes capazes de aprimorar a experiência dos usuários. Essa abordagem influencia diretamente a forma como as pessoas se orientam em espaços complexos e contribui para a geração de sensações positivas, favorecendo tanto o bem-estar quanto os processos de memória e conexão emocional com o ambiente. Em centros históricos, esses princípios podem fortalecer o senso de pertencimento coletivo, ao estimular a lembrança afetiva e a valorização das referências culturais que compõem a identidade do lugar.

Felisberto e Albuquerque (2025) argumentam que o neurourbanismo constitui uma abordagem essencial para repensar o planejamento urbano a partir de uma visão integrada. Mais do que uma estratégia de desenho urbano, trata-se de um campo que deve ser apropriado por distintos grupos sociais, reinterpretado conforme contextos culturais diversos e apoiado por políticas públicas capazes de fortalecer a qualidade de vida em diferentes escalas. Assim, ao considerar princípios do neurourbanismo, é possível analisar os aspectos materiais do patrimônio, além das experiências

sensoriais e cognitivas dos usuários. Isso pode contribuir para a valorização e ressignificação dos espaços urbanos, orientando estratégias de preservação que integrem identidade cultural, sustentabilidade e qualidade de vida.

3. Materiais e Métodos

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica de autores e pesquisas que discutem as inter-relações entre patrimônio cultural, memória e espaço urbano. A seleção das referências considerou a relevância temática, a abrangência temporal e a diversidade de perspectivas teóricas, buscando construir um panorama crítico sobre os principais debates contemporâneos relacionados ao tema.

No eixo referente à memória urbana e coletiva, foram examinados estudos de Wertsch e Roediger (2008), Abreu (2018) e Shershova e Chaika (2024), que exploram a formação da memória social, suas dinâmicas narrativas e os vínculos entre identidade, território e pertencimento comunitário.

Para a discussão sobre preservação e gestão do patrimônio urbano, foram analisados trabalhos de Araripe (2004), Adams (2002), Meneguello (2005) e Salcedo (2007), que abordam fundamentos teóricos, normativos e experiências práticas de intervenção em centros históricos, evidenciando as tensões entre conservação patrimonial e usos contemporâneos do espaço urbano.

Além disso, foram incorporadas pesquisas empíricas que tratam de dinâmicas urbanas e habitação em áreas centrais, como José (2012), Bernardino e Lacerda (2015), Bógus e Sousa (2016), Engel e Reis (2023) e Engel (2024), as quais contribuem para compreender as interações entre vitalidade urbana, moradia e práticas sociais.

No campo da paisagem cultural e das políticas de preservação em escala global, a revisão englobou documentos de organismos internacionais, como a UNESCO (Colette, 2007) e o IPHAN (2014), bem como estudos recentes sobre os impactos das mudanças climáticas no patrimônio cultural, incluindo Orr, Richards e Fatorić (2021), Sesana *et al.* (2021) e Engel e Librelotto (2024).

Por fim, o artigo incorpora referências sobre neuroarquitetura e neurourbanismo, abordando a interface entre ambiente construído, percepção sensorial, bem-estar e pertencimento. Foram considerados autores como Felisberto e Albuquerque (2025), Moreira (2025), Pompermaier *et al.* (2024), Gharaei, Hayeri

Zadeh e Ghomeishi (2024) e Chatterjee, Coburn e Weinberger (2021), pesquisas que discutem como fatores ambientais e espaciais influenciam processos cognitivos, emocionais e sociais nas cidades. Esse conjunto teórico amplia a compreensão sobre o papel do espaço urbano e do patrimônio cultural na promoção de experiência, memórias afetivas e saúde urbana.

Dessa forma, a análise permite compreender como as políticas de preservação e as estratégias de intervenção urbana podem articular identidade, memória coletiva, percepção ambiental e sustentabilidade cultural, oferecendo subsídios para a reflexão crítica e o planejamento integrado do patrimônio nas cidades contemporâneas.

4. Desafios atuais relacionados ao Patrimônio Cultural e a Memória Urbana

Os centros históricos enfrentam múltiplos desafios na contemporaneidade, decorrentes de transformações sociais, econômicas e ambientais. Esses desafios impactam diretamente a preservação do patrimônio cultural e a manutenção da memória urbana, exigindo abordagens que conciliam conservação, uso social e sustentabilidade. A seguir, serão discutidos os desafios relacionados às mudanças de uso, das quais decorrem inúmeras outras questões, e as problemáticas ambientais, cada vez mais urgentes.

4.1 Mudanças de Usos

As mudanças de uso dos centros históricos, em geral, impulsionadas por interesses econômicos, turismo ou processos de gentrificação, podem alterar sua função original e descaracterizar seu valor simbólico. Isso pode vir a ocasionar o enfraquecimento do vínculo entre memória e lugar. Um exemplo desse fenômeno é a especulação imobiliária, que contribui para a obsolescência das construções, funcionando como forma de reserva de capital e valorização imobiliária (Bernardino; Lacerda, 2015).

Outro fenômeno presente em áreas com interesse de preservação é a gentrificação. Ela ocorre predominantemente em áreas centrais, caracterizando-se pela valorização imobiliária, alteração do perfil socioeconômico dos moradores e expulsão da população original, geralmente de baixa renda, em favor de novos residentes com maior poder aquisitivo. Além disso, muitas vezes ocorre a turistificação simultânea, que pode comprometer a permanência da população residente — elemento considerado essencial para a reabilitação e vitalidade dos centros históricos.

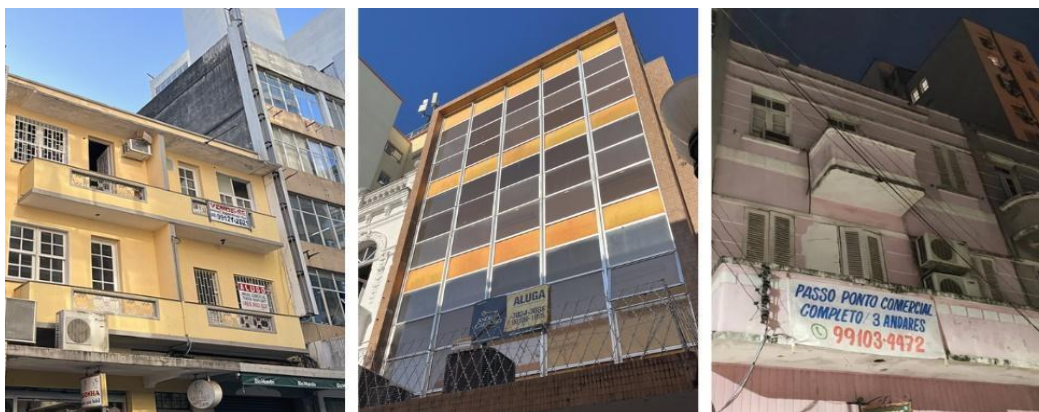
Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de políticas de controle e gestão capazes de preservar os valores identitários e funcionais dessas áreas, garantindo o equilíbrio entre conservação, uso social e sustentabilidade urbana (Tavares; Feitosa; Costa, 2018).

De acordo com León (2018), os centros históricos são frequentemente inseridos em circuitos turísticos internacionais, sendo tratados como destinos globais. No entanto, a autora alerta que uma visão excessivamente monumentalista e culturalista tende a enfraquecer a função habitacional e comprometer a vitalidade urbana. Para León, esses espaços devem ser compreendidos como “lugares novos”, capazes de suscitar reflexões sobre o futuro das cidades. Quando preservam sua dinâmica social e permanecem em uso, os centros históricos adquirem relevância tanto local quanto internacional, consolidando-se como espaços de identidade e de significado coletivo.

Um fator que contribui para o esvaziamento dos centros históricos é a conversão de edificações históricas em museus ou centros culturais, muitas vezes sem adequação aos imóveis, desconsiderando seus usos originais e atividades consolidadas ao longo do tempo (José, 2012). Nesse contexto, a habitação desempenha papel crucial, garantindo a permanência de pessoas, o fluxo urbano e a vivência cotidiana, sendo base para a sustentabilidade social e cultural desses espaços (Bógus; Sousa, 2016). Dessa forma, os centros históricos enfrentam o desafio de retomar e equilibrar o uso habitacional, a preservação do patrimônio e a vitalidade urbana, evidenciando a complexidade de gerir espaços com intensa dinâmica social, cultural e econômica.

Os fenômenos citados podem ser exemplificados a partir do Centro Histórico de Florianópolis (SC). Segundo Engel (2024), o Centro Histórico de Florianópolis passou por transformações significativas, com a predominância do uso comercial em detrimento do habitacional. Tradicionalmente marcado por edificações de dois pavimentos, que integravam comércio no térreo e residência no andar superior, o espaço urbano perdeu a dinâmica de proximidade, importante para a vitalidade urbana. Atualmente, grande parte das construções multifamiliares foi adaptada para salas comerciais, resultando em um excesso de unidades vagas e na redução da oferta habitacional em meio ao crescimento do déficit da cidade. A Figura 1 mostra exemplos de edificações.

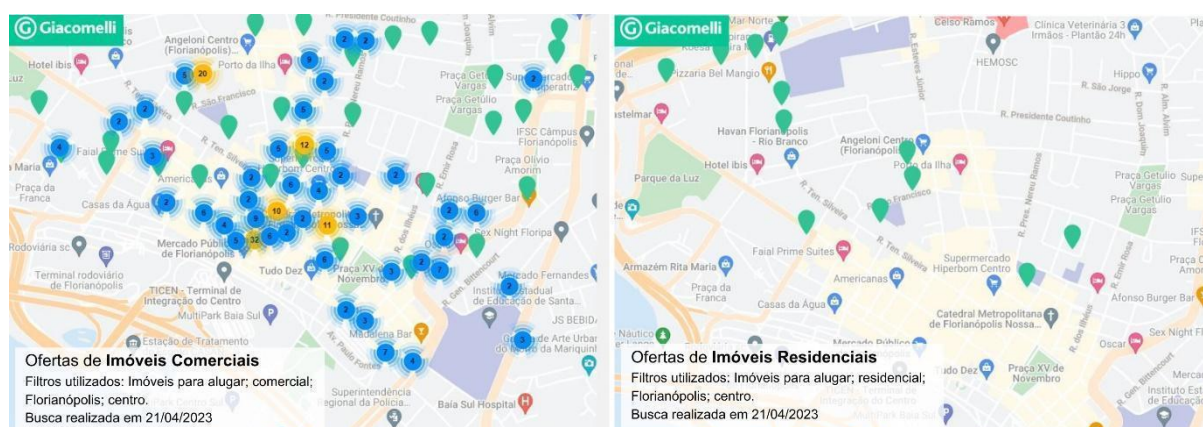
Figura 1 – Salas para venda/locação em edifícios comerciais no Centro Histórico.



Fonte: Engel (2024, p. 122).

A redução da função habitacional no Centro Histórico de Florianópolis, resultou na desertificação em horários não comerciais, na perda de vitalidade urbana e na falta de sensação de segurança dos espaços públicos em alguns horários. A predominância do setor terciário e a valorização imobiliária impulsionam processos de esvaziamento habitacional, expulsando moradores e limitando a diversidade social. A Figura 2 ilustra o contraste entre a oferta de imóveis comerciais (à esquerda) e imóveis residenciais (à direita). A diferença é expressiva, demonstrando que a área está com usos majoritariamente de comércio e serviços.

Figura 2 – Anúncios de aluguéis comerciais e residenciais no Centro Histórico.



Fonte: Adaptado de Engel (2024, p. 124).

Ainda, a análise sobre a vitalidade e a apropriação do espaço público no Centro Histórico de Florianópolis mostra que a área concentra intensa movimentação em

horários comerciais, marcada pela diversidade social e pela heterogeneidade de usos ligados ao setor terciário. Contudo, essa vitalidade não se mantém em períodos noturnos ou finais de semana, quando o comércio está fechado, resultando em esvaziamento e desertificação dos espaços. A ausência de habitação no centro limita a apropriação em diferentes momentos do dia, reforçando sua função de espaço de passagem e de atividades temporárias.

As mudanças de uso do solo e a consequente perda de vitalidade nos centros históricos podem transformar profundamente suas dinâmicas sociais e urbanas, alterando a maneira como os habitantes e visitantes percebem e se relacionam com esses espaços. Essas transformações podem enfraquecer o senso de pertencimento e a identidade comunitária, comprometendo a memória coletiva associada aos lugares. Fenômenos como a gentrificação e a turistificação intensificam esses impactos ao promover a substituição de moradores originais, aumentar a pressão imobiliária e modificar a oferta de serviços e atividades culturais, gerando deslocamento social e redefinindo a experiência urbana.

Sob a perspectiva da neuroarquitetura e do neurourbanismo, as alterações na configuração urbana e na vitalidade dos centros históricos também influenciam a percepção sensorial, as respostas emocionais e cognitivas dos indivíduos. Ambientes que perdem diversidade funcional, coerência espacial ou elementos familiares podem aumentar o estresse, reduzir a sensação de conforto e dificultar a orientação e a navegação, afetando a forma como os usuários vivenciam e se conectam com o espaço (Pompermaier *et al.*, 2024; Gharaei; Hayeri Zadeh; Ghomeishi, 2024).

Dessa forma, preservar a vitalidade, a diversidade de usos e a identidade dos centros históricos torna-se essencial para a conservação patrimonial e para manter experiências positivas, promover bem-estar e reforçar vínculos afetivos e de pertencimento comunitário. Robu-Movilă *et al.* (2025) destacam que as cidades são constituídas não apenas por estruturas físicas, mas também por dimensões afetivas e atmosféricas que moldam a experiência humana e o bem-estar coletivo.

4.2 Problemáticas Ambientais

As mudanças climáticas têm provocado transformações significativas nas estruturas urbanas e no ambiente construído, gerando impactos não apenas físicos, mas também econômicos, sociais e culturais (IPCC, 2022). No caso dos sítios de valor cultural, esses efeitos se manifestam sobre construções isoladas, conjuntos

arquitetônicos, áreas ambientais e práticas culturais, podendo comprometer tanto o patrimônio material quanto imaterial associado (UNESCO, 2006).

No Brasil, o IPHAN é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural, mas, segundo Campos (2017), ainda não foram suficientemente desenvolvidas medidas para enfrentar os impactos de eventos climáticos extremos sobre os bens patrimoniais. Diante disso, é fundamental compreender a extensão dos riscos em cada contexto específico, de modo a orientar estratégias de adaptação (Roaf; Crichton; Nicol, 2009). Para as edificações históricas, o desafio central consiste em adequar os imóveis às novas condições climáticas, garantindo a resistência física sem comprometer a integridade do entorno e a preservação dos valores culturais e sociais que neles se encerram.

Eventos climáticos extremos têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos, evidenciando a vulnerabilidade das áreas urbanas, especialmente os centros históricos (IPCC, 2022). Como exemplo, em maio de 2024, Porto Alegre enfrentou uma enchente recorde, com o nível do rio Guaíba atingindo 5,33 metros, o maior já registrado, superando a marca histórica de 1941. O Centro Histórico da cidade foi severamente afetado, com ruas alagadas, edificações históricas comprometidas e a interrupção de serviços essenciais, como transporte público, abastecimento de água e energia elétrica. A Figura 3 mostra as placas que ilustram os níveis atingidos nas enchentes, no Mercado Público Municipal de Porto Alegre.

Figura 3 – Placas dos níveis das enchentes – Mercado Público Municipal de Porto Alegre.



Fonte: Acervo das autoras, 2024.

O IPCC (2022) alerta que a perda de elementos culturais fragiliza os vínculos identitários das comunidades, compromete sua capacidade de adaptação e coloca em risco tradições, modos de vida e a conexão com o território. Pesquisas recentes indicam que os efeitos das mudanças climáticas sobre o patrimônio cultural ainda são pouco explorados, evidenciando lacunas de conhecimento e estudo, especialmente em regiões do Sul Global (Engel; Librelotto, 2024; Orr, Richards; Fatorić, 2021; Sesana *et al.*, 2021).

Entre os impactos mais visíveis estão os danos físicos causados por poluição, erosão, umidade, fungos e intemperismo, bem como efeitos sociais e culturais decorrentes da dinâmica do patrimônio enquanto expressão das relações comunitárias (Colette, 2007). Eventos extremos, elevação do nível do mar e alterações graduais no clima podem forçar migrações, dissolvendo comunidades e memórias locais, o que interfere diretamente na vida social e cultural das populações. Esse contexto evidencia a necessidade de abordagens resilientes e integradas, que considerem a preservação do patrimônio em diálogo com a sustentabilidade ambiental e social.

A mitigação e a adaptação às mudanças climáticas constituem estratégias complementares para reduzir os impactos sobre o patrimônio cultural. A mitigação envolve ações em larga escala voltadas à sociedade como um todo, como políticas públicas de redução de emissões e planejamento urbano sustentável, embora seus resultados sejam mais difíceis de mensurar diretamente. Por outro lado, a adaptação se concentra em medidas preventivas e práticas, incluindo sistemas de alerta em tempo real para desastres, monitoramento contínuo por meio de sensores e tecnologias de Internet das Coisas (IoT) e o uso de gêmeos digitais para simular cenários de risco (Mitro; Krommyda; Amditis, 2022; Klein *et al.*, 2017; Ćosović; Maksimović, 2022). Além disso, a documentação digital de edificações e espaços culturais permite proteger a memória e garantir a preservação do patrimônio frente a eventos climáticos extremos.

5. Considerações Finais

Preservar o patrimônio cultural é fundamental para proteger a memória e o senso de pertencimento, garantindo a continuidade da identidade e da história de um local ou comunidade. A reflexão sobre patrimônio cultural, memória e espaço urbano evidencia que os bens culturais não devem ser compreendidos apenas como vestígios

materiais do passado, mas como elementos vivos que integram a identidade coletiva e sustentam o senso de pertencimento das comunidades. Nesse sentido, a preservação não se limita à conservação física de edificações e monumentos, envolvendo também práticas sociais, tradições e modos de vida que dão significado ao espaço urbano.

Na contemporaneidade, esses valores enfrentam desafios significativos. Processos de gentrificação, turismo de massa, especulação imobiliária e mudanças climáticas ameaçam tanto a materialidade dos bens quanto os laços simbólicos que os conectam à sociedade. Reconhecer essas ameaças é essencial para que políticas públicas e estratégias de preservação dialoguem com as demandas sociais, ambientais e culturais atuais.

A neuroarquitetura e o neurourbanismo ampliam essa compreensão ao evidenciar que a experiência sensorial, cognitiva e emocional das pessoas nos espaços urbanos influencia diretamente o bem-estar, a memória espacial e o senso de pertencimento. Ambientes que preservam elementos históricos, coerência espacial, diversidade funcional e familiaridade podem fortalecer vínculos afetivos com o espaço, promover experiências significativas e apoiar a ressignificação contínua da memória coletiva. Assim, o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo dinâmico, em que a preservação integrada de aspectos físicos, simbólicos e perceptivos garante que as cidades permaneçam como lugares de memória, identidade, convivência e bem-estar urbano.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pelo apoio financeiro para o desenvolvimento deste estudo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; DE SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 19–39.

ADAMS, B. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, p. 111-122, 2004. DOI:

BERNARDINO, I. L.; LACERDA, N. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 1, p. 61, 2015. DOI: 10.22296/2317-1529.2015v17n1p61

BÓGUS, L. M. M.; SOUSA, A. M. L. de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 37, p. 845–861, 2016. DOI: 10.1590/2236-9996.2016-3711

CAMPOS, L. C. da S. Alterações climáticas como risco ao Patrimônio Cultural no Brasil. In: Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS Brasil, 2017, Belo Horizonte. [...]. Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2017.

CHATTERJEE, A.; COBURN, A.; WEINBERGER, A. The neuroaesthetics of architectural spaces. **Cognitive Processing**, v. 22, supl. 1, p. 115–120, 2021. DOI:10.1007/s10339-021-01043-4. Acesso em: 7 out. 2025.

COLETTE, A. **Case studies on climate change and world heritage**. UNESCO: 2007.

ĆOSOVIĆ, M.; MAKSIMOVIĆ, M. Application of the digital twin concept in cultural heritage. In: PROCEEDINGS OF VIPERC2022: 1st International virtual conference on visual pattern extraction and recognition for cultural heritage understanding, 2022, setembro. **Proceedings** (Vol. 12). 2022.

ENGEL, E. R. M. **Centros históricos, habitação e vitalidade urbana: estudo de caso em Florianópolis/SC**. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254354>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ENGEL, E. R. M.; LIBRELOTTO, L. I. Cultural heritage and the climate crisis: a literature review. **MIX Sustentável**, v. 10, n. 4, p. 127–142, 2024. DOI: 10.29183/2447-3073.MIX2024.v10.n4.127-142. Acesso em: 22 jul. 2025.

ENGEL, E. R. M.; REIS, A. F. Habitação em centros históricos e vitalidade urbana: dinâmicas do centro de Florianópolis. *In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO*, 15., 2023, Lisboa; Recife. **Anais [...]**. Barcelona; Lisboa; Recife: UPC; UL; UNICAP, 2023. DOI: 10.5821/siiu.12618

FELISBERTO, L. L.; ALBUQUERQUE, C. F. H. Neurourbanismo e qualidade de vida nas cidades. *In: POMPERMAIER, J. P. L. et al. Neuroarquitetura: projetando ambientes para os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2025.

GHARAEI, B.; HAYERI ZADEH, S. M. S.; GHOMEISHI, M. Developing a neuroarchitecture-based user centered design for elementary schools in Tehran. **Ain Shams Engineering Journal**, v. 15, n. 9, p. 102898, 2024. DOI: 10.1016/j.asej.2024.102898. Acesso em: 7 out. 2025.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas. *In: XVII ASSEMBLÉE GENERALE ICOMOS*, 2011, Paris. [...]. Paris: 2011.

IPCC. **Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 3056 p. DOI: 10.1017/9781009325844. Acesso em: 15 jun. 2025.

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. [S. l.], 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 27 jul. 2025.

JOSÉ, B. K. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo (Anos 90). *In: Intervenções Urbanas em Centros Históricos: Brasil e Itália em Discussão*. São Paulo: EDUC/CAPEs, 2012. p. 171–192.

KLEIN, L. J. *et al.* Wireless Sensor Platform for Cultural Heritage Monitoring and Modeling System. *Sensors*, v. 17, n. 9, p. 1998, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/s17091998>.

LEÓN, A. O. **Habitar el casco antiguo**: el uso residencial como modo de conservación contemporáneo. Tesis doctoral. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Universitat Politècnica de Catalunya, 2018. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/125839>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MENEGUELLO, C. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. **Revista Eletrônica do IPHAN**, v. 1, p. 1–3, 2005.

MESSIAS, V.; PEREIRA, M.; DE ALVARENGA, J.; DA SILVA, A.; MESQUITA, J.; RODRIGUES, A. Patrimônio cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento / Cultural heritage of Lavras (MG): appreciation and belonging. **Brazilian Journal of Development**, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n11-007. Acesso em: 10 jul. 2025.

MITRO, N.; KROMMYDA, M.; AMDITIS, A. Smart Tags: IoT Sensors for Monitoring the Micro-Climate of Cultural Heritage Monuments. *Applied Sciences*, v. 12, n. 5, p. 2315, 2022. DOI: 10.3390/app12052315.

MOREIRA, M. R. Memória e Espaço: o impacto da neuroarquitetura na orientação espacial e na criação de lembranças. *In: POMPERMAIER, J. P. L. et al.*

Neuroarquitetura: projetando ambientes para os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2025.

ORR, S. A.; RICHARDS, J.; FATORIĆ, S. Climate change and cultural heritage: A systematic literature review (2016–2020). **The Historic Environment: Policy & Practice**, v. 12, n. 3–4, p. 434–477, 2021. DOI: 10.1080/17567505.2021.1981340. Acesso em: 22 jul. 2025.

POMPERMAIER, J. P. L. *et al.* Neurociência Aplicada à Arquitetura: explorando o potencial do ambiente construído nas respostas neurológicas. *In: IV Simpósio Brasileiro de Neurociências*, Joinville - SC, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/iv-sbn-resumos/trabalho/424820>. Acesso em: 07 out. 2025.

ROAF, S.; CRICHTON, D.; NICOL, F. **A Adaptação de Edificações e Cidades às Mudanças Climáticas**: Um guia de sobrevivência para o século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ROBU-MOVILĂ, A.; PAMFIL, F.; ZAMFIR, M.; BERCEANU, A.; NISIOI, S.; PATAPIEVICI, T.; ȚENEA, S. A.; ZAMFIR, M. Neurourbanism. Enriching urban design process through new tools. **Smart Cities International Conference (SCIC) Proceedings**, [S. l.], v. 12, p. 377–390, 2025. Disponível em: <https://www.scrd.eu/index.php/scic/article/view/705>. Acesso em: 8 out. 2025.

SALCEDO, R. F. B. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina**: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural** [online]. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Verbete. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SESANA, E.; GAGNON, A. S.; CIANTELLI, C.; CASSAR, J.; HUGHES, J. J. Climate change impacts on cultural heritage: A literature review. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 12, n. 4, e710, 2021. DOI: 10.1002/wcc.710. Acesso em: 22 jul. 2025.

SHERSHOVA, T.; CHAIKA, V. Cultural memory and memory culture. **Humanitarian Studies: Pedagogy, Psychology, Philosophy**, 2024. DOI: 10.31548/hspedagog15(1).2024.188-195. Acesso em: 10 jul. 2025.

TAVARES, A.; FEITOSA, M. J.; COSTA, A. Diagnosis of balance between Heritage, housing and tourism in historic centers: Case studies from Porto (Portugal) and Salvador (Brazil). **Conservar Patrimônio**, [s. l.], v. 28, p. 49–56, 2018. DOI: 10.14568/cp2017019.

UNESCO. **Predicting and Managing the Effects of Climate Change on World Heritage**. [S.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/6670>. Acesso em: 10 set. 2025.

VAZ, L. F.; VASCONCELLOS, L. M. Ensaio sobre os múltiplos territórios das áreas centrais. *In*: MACHADO, D. P.; VAZ, L. F.; REZENDE, V. F. (orgs.). **Centros urbanos: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Casa 8/PROURB, 2012, p. 69–89.

WERTSCH, J.; ROEDIGER, H. Collective memory: conceptual foundations and theoretical approaches. **Memory**, 2008, v. 16, p. 318–326. DOI: 10.1080/09658210701801434. Acesso em: 10 jul. 2025.